

8.2 - Por ocasião da matrícula, os candidatos convocados, na página do SSPM, na Internet e disponível aos candidatos no PAC, deverão apresentar cópias autenticadas, acompanhadas dos originais, para verificação dos seguintes documentos, de modo a confirmar as condições exigidas para inscrição, exceto os mencionados no subitem 8.4:

- a) Documento oficial de identificação, original e dentro da validade, com assinatura e fotografia na qual possa ser reconhecido;
- b) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral, no máximo, há 30 (trinta) dias da data da entrega dos documentos ou comprovante de votação da última eleição: 1º turno e 2º turno (se houver);
- c) Cartão de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- d) Certificado de Reservista ou prova de quitação com o Serviço Militar;
- e) Apresentação da Carteira provisória ou definitiva de Identificação do Conselho Regional de Enfermagem (COREN), Certificado de Conclusão de Curso (Bacharelado) ou Diploma de Graduação em Enfermagem reconhecido pelo MEC e Histórico Escolar do Curso de Graduação, expedido no país ou no exterior, reconhecido pelo Ministério da Educação (o protocolo de atendimento referente ao pedido de inscrição no COREN não será aceito, pois não garante o exercício profissional);
- f) Autorização ou documento de designação, expedido por autoridade militar competente, para inscrição no PS, para candidatos militares;
- g) Quatro fotografias 3 x 4, recentes e iguais, não podendo ser instantâneas;
- h) Comprovante de inscrição;
- i) Procuração, no caso de a matrícula ser realizada por terceiros;
- j) Número de Identificação do Trabalhador (NIT);
- k) Tipagem Sanguínea e Fator RH;
- l) Conta Bancária (conta corrente em nome do próprio candidato, não serão aceitas contas conjuntas ou poupanças); e
- m) Comprovante de endereço.

8.3 - Os alunos matriculados deverão apresentar, posteriormente, os documentos listados no subitem 8.2, acrescido de certidão de nascimento ou casamento, na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (UNIRIO) localizada à Rua Dr. Xavier Sigaud, nº 290 Sala 207, Urca - Rio de Janeiro/RJ.

8.4 - Para os candidatos com diploma expedido no exterior, deverá ser exigido o diploma de Enfermeiro, autenticado pelo Consulado do país de origem, reconhecido e validado pelo Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (COREN-RJ), para realizar o curso, os que não cumprirem esta exigência serão eliminados do PS do C-EENF.

8.5 - Os candidatos titulares e reservas selecionados deverão apresentar no ato da matrícula, a cópia reprográfica da carteira de vacinação, constando ciclo de imunização das vacinas contra Difteria e Tétano (dT), Hepatite tipo "B" e Tríplice Viral (TV).

8.6 - A não apresentação de qualquer documento exigido relacionado no subitem 8.2, bem como qualquer rasura ou outra irregularidade constatada nos documentos entregues, implicará na eliminação do candidato no PS e, conseqüente substituição por candidato reserva que se seguir na classificação, após ser constatada regularidade na verificação da documentação.

8.7 - No caso de apresentação de documentos falsos, o candidato estará, ainda, sujeito às sanções previstas na Legislação Vigente.

8.8 - No ato da matrícula o candidato deverá assinar o Termo de Compromisso que estabeleça as normas a serem cumpridas dentro da Instituição, conforme as Ordens Internas do HNMD, em vigor.

8.9 - O residente somente poderá realizar outras atividades laborativas, ou de ensino, desde que estas sejam compatíveis com os horários do curso. Para tanto, deverá ser apresentada pelo aluno, no ato da matrícula, uma Declaração de Compatibilidade de Horários.

9 - DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

9.1 - Ao tratar de assunto relativo ao PS, o candidato deverá fazê-lo, por meio do comparecimento ao PAC, apresentando documento oficial de identificação, original e dentro da validade, com assinatura e fotografia na qual possa ser reconhecido e comprovante de inscrição. As solicitações de atestados, declarações, informações ou dúvidas poderão ser consolidadas através da apresentação de requerimento.

9.2 - O candidato aprovado e matriculado terá um prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da data estipulada para o início do C-EENF, para se apresentar ao HNMD, findo o qual será excluído do curso.

9.3 - Serão convocados tantos aprovados quantos forem necessários, para o preenchimento das vagas remanescentes, em até 30 (trinta) dias, a partir da data de início do C-EENF, observada, rigorosamente, a classificação obtida no PS.

9.4 - A convocação de candidatos será efetuada pela Escola de Saúde da Marinha.

9.5 - Todos os eventos do PS serão realizados na cidade do Rio de Janeiro.

9.6 - As despesas com transporte e hospedagem para realização dos eventos do PS, serão custeadas pelos candidatos.

9.7 - Não serão matriculados os candidatos que, no ato da matrícula, apresentarem qualquer motivo impeditivo.

9.8 - As vagas previstas para o PS não serão reservadas para o ano seguinte.

9.9 - As normas referentes ao C-EENF constam das Normas e Diretrizes do Curso emanadas da UNIRIO e das Ordens Internas da Escola de Saúde da Marinha.

9.10 - A Marinha do Brasil não possui nenhum vínculo com qualquer curso ou escola preparatória, bem como material didático comercializado pelos mesmos.

9.11 - O SSPM divulgará os locais de realização da prova, o gabarito da prova escrita objetiva e a relação final dos candidatos titulares e reservas, na página oficial do SSPM na Internet e no PAC, nas datas previstas no calendário de eventos do Anexo I.

9.12 - Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de aprovação no PS, valendo, para esse fim, a homologação publicada no D.O.U. e disponibilizada na página do SSPM (www.marinha.mil.br/ensino/?q=homologacao/editsai-de-homologacao).

9.13 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor de Saúde da Marinha, ouvido o Diretor do HNMD.

10 - ASPECTOS GERAIS

10.1 - O candidato não poderá ter participado do Programa de Residência de Enfermagem da UNIRIO, em turmas anteriores.

10.2 - É vedado o trancamento de matrícula no curso.

10.3 - O candidato não poderá ter vínculo empregatício com o Serviço Público.

PARTE 2 - ANEXOS
ANEXO I
CALENDÁRIO DE EVENTOS

EVENTO	DATA	ATIVIDADES
01	04/09/2020 a 20/09/2020	Período de Inscrições.
02	2º Quinzena de OUTUBRO/2020	O candidato deve consultar a página do SSPM, na Internet, ou o PAC (pessoalmente ou pelo telefone (0XX21 2104-6006) para obter o endereço do local onde realizará a prova escrita e o material suplementar necessário à realização da mesma.
03	08/11/2020	Prova escrita objetiva de conhecimentos profissionais das 10h30 às 13h30 (horário de Brasília). ATENÇÃO! Os portões de acesso aos locais de realização das provas serão abertos às 08h00 e fechados às 09h30 (horário de Brasília). Os candidatos deverão observar o subitem 5.6 do Edital.

04	1º Quinzena de NOVEMBRO/2020	Divulgação dos gabaritos na Internet à disposição dos candidatos nas OREL e Internet. Após a realização da prova o candidato deverá acompanhar no site eletrônico do SSPM, ou por meio do PAC a divulgação dos gabaritos.
05	A partir de 16/12/2020	Divulgação do Resultado Final do Processo Seletivo na Internet.
06	04/02/21	Apresentação, verificação de documentos e matrícula dos candidatos aprovados e reservas. PARAPARA
07	01/03/21	Início do Curso.
08	11/03/21	1ª Reclassificação.
09	25/03/21	2ª Reclassificação.

ANEXO II
PROGRAMA E BIBLIOGRAFIAS PARA A PROVA ESCRITA

I - FUNDAMENTOS DA ENFERMAGEM - Técnica básica de enfermagem. Evolução da assistência de enfermagem em busca de uma metodologia: de Florence aos nossos dias; e metodologia do processo de enfermagem. Assistência de enfermagem à necessidade terapêutica: métodos, vias e cuidados na administração de medicamentos; e drogas e soluções.

II - ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA - Cuidados de enfermagem ao paciente com problemas nos seguintes aspectos clínicos e de enfermagem: digestivos; cardiovasculares, sanguíneos, linfáticos, renais, endócrinos, brônquio-pulmonares, neurológicos, musculoesqueléticos e câncer. Assistência de enfermagem aos seguintes procedimentos: pesquisa de glicose (sangue e urina); insulino terapia; nebulização; drenagem postural; punção e drenagem pleural; sonda de BLACK MOORE; paracentese abdominal; preparo do paciente para endoscopia; clíster opaco e outros exames de RX; preparo do paciente para pielografia; prova de concentração de diluição; biópsia renal; nutrição parenteral; quimioterapia; e balanço hídrico. Assistência de enfermagem na unidade de recuperação pós-anestésica; unidade de tratamento intensivo: equilíbrio ácido básico; o paciente neurológico e neurocirúrgico; afecções cardiorespiratórias; diálise peritoneal e hemodilise; pós-operatório de cirurgia cardíaca e manuseio de aparelhos próprios de CTI. Assistência de enfermagem nas emergências: intoxicações, hemorragias; acidentes alérgicos; desidratação; queimaduras; comas; traumatismos crânio-encefálicos; traumatismos abdominais, torácicos e de membros. Assistência de enfermagem nas afecções cirúrgicas: pré, trans e pós-operatório; complicações; aspectos clínicos e de enfermagem; planejamento e organização do Centro Cirúrgico. Técnicas administrativas no controle de infecções hospitalares. O papel da enfermagem no controle da infecção hospitalar.

III - ENFERMAGEM DE SAÚDE PÚBLICA - Saúde pública: história natural e prevenção de doenças, principais doenças de notificação compulsória; atividades básicas; equipe de saúde pública; enfermagem de saúde pública; funções do enfermeiro de saúde pública; atuação nos programas de assistência maternoinfantil e no controle de doenças transmissíveis e visita domiciliar. Imunizações: indicações; cuidados específicos; conservação e estoque. Consulta de enfermagem nas áreas maternoinfantil e de doenças transmissíveis. Estrutura, funcionamento e administração de serviços de saúde pública. Plano decenal de saúde para as Américas. Política nacional de saúde. Controle de meio ambiente e saneamento básico: abastecimento de água; destino de resíduos e controle de vetores. Gerenciamento de Resíduos de Saúde. Saneamento dos ambientes. Programas comunitários, campanhas de vacinação, educação e mobilização comunitária. Programas especiais de saúde pública e indicadores de saúde.

IV - ENFERMAGEM PSQUIÁTRICA - Assistência de enfermagem nas patologias: esquizofrenias; neuroses; psicoses; alcoolismo; Toxicomania e gerontopsiquiatria. Assistência de enfermagem nas emergências psiquiátricas.

V - ENFERMAGEM MATERNO-INFANTIL - Assistência de enfermagem no pré natal, préparto, sala de parto e puerpério. Cuidados com o recém-nato sadio e de alto risco. Assistência de Enfermagem em pediatria: cuidados com a criança portadora de patologias hematológicas, Oncológicas e renais; doenças do trato respiratório e digestivo; desidratação. Emergências Pediátricas.

VI - ADMINISTRAÇÃO APLICADA À ENFERMAGEM - Gerência de pessoal: Cálculo e distribuição de pessoal de enfermagem nos diferentes setores de um hospital. Planejamento de unidade de enfermagem e de assistência especializada. Registros de Enfermagem. Segurança do paciente e Segurança do trabalhador.

VII - DEONTOLOGIA E ÉTICA DE ENFERMAGEM - Legislação de Enfermagem. Humanização Hospitalar. Questões Deontológicas.

PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS PARA A PROVA ESCRITA
ARAÚJO, L. A. e REIS, A. T. Enfermagem na prática materno-neonatal. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2014.

BOWDEN, V. R. e GREENBERG, C.S. Procedimentos de enfermagem pediátrica. Rio de Janeiro. 3 ed. Guanabara Koogan. 2013.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada a Prática. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: ANVISA, 2017. Caderno 1

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Critérios Diagnósticos de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017. Cardeno 2.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do Paciente em Serviços de Saúde: Higienização das mãos /Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. ABCDE do Diagnóstico para as Hepatites Virais. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ABCDE_diagnostico_hepatites_virais.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação / Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. - Brasília : Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Caderno nº 4. Brasília: Anvisa, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância. Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para prevenção da transmissão vertical de hiv, sífilis e hepatites virais. Brasília - DF. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Recomendações para Profilaxia da Transmissão Vertical do HIV e Terapia Antirretroviral em Gestantes: manual de bolso. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. - Brasília : Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Gestão de alto risco: manual técnico. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. - 5. ed. - Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. - Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução - rdc nº 36, de 25 de julho de 2013. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html

